



## 14) Pedido de arresto

“J”, comerciante, vendeu mercadoria imprópria ao uso, cometendo delito contra as relações de consumo. Durante o inquérito, a vítima, pretendendo assegurar futura indenização civil, ingressou com medida assecuratória de arresto de bens móveis.

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da \_\_\_\_.<sup>a</sup>  
Vara Criminal da Comarca \_\_\_\_.<sup>1</sup>

Inquérito n.º \_\_\_\_

“M” (Nome), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), titular de carteira de identidade Registro Geral n.º \_\_, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º \_\_, domiciliado em (cidade), onde reside (rua, número, bairro), por sua advogada, considerando o inquérito policial n.º \_\_, instaurado para apurar crime contra as relações de consumo, onde figura como indiciado “J” (Nome), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), titular de carteira de identidade Registro Geral n.º \_\_, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º \_\_, domiciliado em (cidade), onde reside (rua, número, bairro), vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, propor a presente medida assecuratória de

ARRESTO,<sup>2</sup>

com fundamento no art. 137 do Código de Processo Penal, pelos seguintes motivos:

1. O requerente foi vítima da ação criminosa do indiciado, que lhe vendeu o automóvel marca \_\_\_\_, placa \_\_\_\_, no dia \_\_\_\_, com a garantia de se tratar de veículo usado, porém em perfeitas condições, quando, na realidade, estava totalmente danificado e teve o motor fundido alguns dias depois da compra.

2. Apura-se, no referido inquérito, a responsabilidade penal do indiciado, o que não se pretende discutir neste procedimento, meramente assecuratório. Ocorre que, havendo condenação criminal, torna-se indiscutível o direito do requerente de perceber indenização na órbita civil (art. 91, I, CP), porém é preciso que o autor da infração penal possua bens suficientes para a satisfação do débito.

<sup>1</sup> O pedido pode ser dirigido, antes da propositura da ação, à Vara especializada em Inquéritos ou ao Departamento de Inquéritos (DIPO, por exemplo, na capital de São Paulo).

<sup>2</sup> A lei processual penal fala em “sequestrar” os bens móveis do indiciado ou réu para garantir o pagamento de indenização civil. O termo correto, no entanto, é arresto. O sequestro destina-se ao bloqueio de produtos ilícitos.

3. A materialidade do delito é nítida, bastando checar o laudo do Instituto de Criminalística (fls. \_\_\_\_), demonstrativo do estado do veículo vendido ao requerente, bem como a documentação e o termo de garantia entregue pelo indiciado, dias antes (fls. \_\_\_\_). Não se discute, ainda, a autoria, tanto que o autor da infração já foi indiciado.<sup>3</sup>

4. Não possui o indiciado bens imóveis, que poderiam ser objeto de especialização de hipoteca legal, restando ao requerente dirigir a medida constritiva aos bens móveis, consistentes nos veículos destinados à venda, que possui em seu estabelecimento comercial, situado nesta Comarca na \_\_\_\_.

5. Estima-se a indenização por danos materiais em R\$ \_\_\_\_, considerando-se o valor pago pelo requerente (documento de fls. \_\_) em relação ao automóvel impróprio ao uso, além do prejuízo causado por conta do aluguel de um veículo, após a perda do automóvel comprado, para a realização de viagem indispensável à sua atividade laborativa (documentos de fls. \_\_\_\_).

6. Quanto aos bens móveis do réu, requer-se sejam disponibilizados tantos quantos bastem à satisfação do montante indenizatório descrito no tópico anterior. Para tanto, aguarda o requerente a nomeação de perito da confiança do Juízo para que se faça a avaliação dos veículos existentes na loja de propriedade do indiciado, nos termos do art. 137, *caput*, parte final, c/c o 135, § 2.º, do Código de Processo Penal.

7. Finalmente, realizada a apuração do *quantum* devido e indicados os automóveis suficientes para a sua satisfação, requer-se a expedição de ofício aos órgãos de trânsito competentes para a concretização da medida assecuratória.

Termos em que, autuada esta em apenso ao procedimento principal, ouvidos o réu e o representante do Ministério Público,  
Pede deferimento.

Comarca, data.

\_\_\_\_\_  
Advogada

<sup>3</sup> Para a decretação do arresto de bens móveis, torna-se fundamental demonstrar ao juiz a materialidade do crime e indícios suficientes de autoria.